



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENDA Nº _____ / 2026 AO PROJETO DE LEI Nº 422/2025

As vereadoras abaixo assinado, com fundamento no inciso II do art. 18 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, satisfeitas as formalidades vigentes, vem apresentar a presente EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 422/2025.

Art. 1º – Acresce ao art. 5º do Projeto de Lei nº 422/2025 o seguinte inciso:

§ 7º – Nos casos de infrações administrativas relacionadas à construção, ampliação ou reforma de imóvel **destinado exclusivamente à moradia única e familiar**, a **penalidade de advertência deverá ser aplicada obrigatoriamente como primeira medida administrativa**, priorizando-se a **regularização da obra**, a orientação técnica e a adequação às normas urbanísticas vigentes, **antes da imposição de multa ou de outras sanções mais gravosas**, salvo nos casos de risco iminente à segurança, à saúde pública ou ao meio ambiente.”

Art. 2º – Fica acrescido ao Projeto de Lei nº 422/2025 um novo artigo, que será inserido como Art. 21-C, com a seguinte redação:

“Art. 21-C Os valores arrecadados com as multas previstas nesta Lei **serão destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento – FUNDES**, devendo ser aplicado **percentual mínimo de 40% (quarenta por cento)** desses recursos em:

- I – programas de regularização fundiária;
- II – oferta de assistência técnica pública e gratuita nas áreas de engenharia, arquitetura e urbanismo;
- III – execução de melhorias habitacionais voltadas prioritariamente à população de baixa renda.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos deverá observar critérios de transparência, controle social e priorização das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.”

Art. 3º – Fica acrescido ao Projeto de Lei nº 422/2025 um novo artigo, com a seguinte redação:



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Art. 22 Para fins de aplicação das penalidades administrativas previstas nesta Lei, **as infrações deverão ser classificadas e tratadas de forma diferenciada**, considerando:

I – aquelas decorrentes de obras realizadas **para fins exclusivos de subsistência e moradia única e familiar**;

II – aquelas decorrentes de obras realizadas **com finalidade comercial, empresarial, locativa ou especulativa**.

Parágrafo único. As infrações enquadradas no inciso I deste artigo **terão prioridade na adoção de medidas administrativas de caráter orientativo, educativo e de regularização**, incluindo, sempre que possível, **assistência técnica pública e gratuita**, antes da aplicação de sanções pecuniárias ou restritivas, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e dignidade da pessoa humana.”

Art. 4º - Esta emenda entra em vigor na data da sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

Plenário Dr. João Evangelista Bandeira de Mello, 29 de janeiro de 2026.

MUNIQUE HELENA DA CUNHA ALVES

Vereadora – PSB

IVONETE LACERDA ASSIS

Vereadora – PODEMOS



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda ao Projeto de Lei nº 422/2025 tem como finalidade **aperfeiçoar o texto legal**, promovendo maior **equilíbrio na aplicação das penalidades administrativas**, reforçando o caráter **educativo, social e preventivo da atuação do Poder Público**, sem prejuízo do dever de fiscalização urbanística do Município.

O acréscimo do § 7º ao art. 5º do Projeto de Lei busca assegurar que, nos casos de infrações administrativas relacionadas à **construção, ampliação ou reforma de imóvel destinado exclusivamente à moradia única e familiar**, a **advertência seja adotada como medida administrativa inicial obrigatória**, priorizando-se a **regularização da obra, a orientação técnica e a adequação às normas urbanísticas**, antes da aplicação de multas ou sanções mais gravosas. Tal medida está em consonância com os princípios da **razoabilidade, proporcionalidade e dignidade da pessoa humana**, evitando penalizações excessivas a famílias que, muitas vezes, realizam intervenções em seus imóveis por necessidade básica de moradia, sem finalidade lucrativa ou especulativa. Ressalta-se, ainda, a ressalva expressa para os casos de risco iminente à segurança, à saúde pública ou ao meio ambiente, o que preserva o interesse coletivo e a atuação preventiva do Poder Público.

A inclusão do art. 21-C estabelece a **destinação social dos recursos arrecadados com multas**, vinculando-os ao Fundo Municipal de Desenvolvimento – FUNDES, com aplicação mínima de 40% em **programas de regularização fundiária, assistência técnica pública e gratuita em engenharia, arquitetura e urbanismo, e melhorias habitacionais voltadas à população de baixa renda**. Essa medida confere **finalidade reparadora e social às penalidades administrativas**, assegurando que os valores arrecadados retornem à sociedade em forma de políticas públicas estruturantes, contribuindo para a redução das irregularidades urbanísticas e para a promoção do direito à moradia digna, em conformidade com a função social da propriedade.

Por sua vez, a criação do art. 22 introduz importante **critério de diferenciação na aplicação das penalidades**, ao distinguir as infrações decorrentes de obras destinadas à **subsistência e moradia única e familiar** daquelas realizadas com **finalidade comercial, empresarial, locativa ou especulativa**. Tal distinção é essencial para garantir **tratamento administrativo justo e proporcional**, reconhecendo que realidades sociais distintas demandam respostas administrativas diferenciadas. Ao priorizar medidas orientativas, educativas e de regularização para as infrações relacionadas à moradia, a emenda fortalece o papel pedagógico do



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Poder Público, sem afastar a aplicação de sanções mais rigorosas nos casos em que houver finalidade econômica ou especulativa.

As alterações propostas observam e respeitam a competência legislativa municipal e estão alinhadas aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, especialmente os da **legalidade, eficiência, publicidade e justiça social**, além de dialogarem com os objetivos da política urbana previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade.

Diante do exposto, a presente Emenda representa um **aperfeiçoamento relevante do Projeto de Lei nº 422/2025**, ao conciliar o exercício do poder de polícia administrativa com a proteção do direito à moradia, a promoção da inclusão social e a eficiência das políticas públicas urbanas, razão pela qual se pugna por sua aprovação.